

AS CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO ESTRUTURAL

WENDEL FARIAS RODRIGUES¹; HELENA DOS SANTOS CARDOSO²; VITORIA PERES TREPTOW³; ÍRIA RAMOS OLIVEIRA⁴ POLIANA FARIAS ALVES⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – wendelfarias9@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – helenasantosc1234@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – vitoria_treptow@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – iria_oliv@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – polibrina1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O racismo estrutural faz parte da formação da sociedade brasileira, ele esteve a serviço do colonialismo dominando os negros no período da escravidão e no fortalecimento do capitalismo após a abolição se traduzindo em uma exclusão social em diversos setores da sociedade brasileira (BERSANI, 2018). O Ministério da Saúde reconhece que o racismo é um determinante social de saúde, pois é responsável por diferenças consideráveis na forma de nascer, viver e morrer entre negros e brancos (SOUZA, 2018).

O racismo foi durante anos negado pela sociedade brasileira sustentado pelo argumento de miscigenação de três raças: o branco europeu, o índio desapropriado de suas terras e o negro escravizado. Com a luta dos movimentos sociais, desde os anos 90, as questões étnico-raciais ganharam cada vez mais espaço nos debates públicos da sociedade brasileira e expôs “o mito” da democracia racial que frequenta o imaginário da sociedade desde o período pós abolição (MORAES, 2020; SILVA E SKOLAUME, 2020)

O ambiente acadêmico também deve ser compreendido como um espaço de produção de debates junto com a sociedade como forma de construção de saberes que promovam a redução das vulnerabilidades e iniquidades em saúde sofridas pela população. Desta forma, foi criado o Coletivo Hildete Bahia: Diversidade e Saúde, em 2019 como um projeto de extensão do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, o qual vem realizando ações extensionistas acerca das temáticas da, a Saúde da População Indígena, a Saúde da Mulher e sobre a Saúde da População LGBTQIA+ e principalmente sobre a População Negra.

Por conta do contexto pandêmico, novas formas de produção de debate vêm sido desenvolvidas. De acordo com Almeida e Alves (2020), durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2, as lives (vídeos ao-vivo) vêm sendo bastante utilizadas, promovidas e disponibilizadas em várias plataformas digitais proporcionando o engajamento social e a interação entre as pessoas. Neste sentido, o projeto de extensão Coletivo Hildete Bahia, durante a pandemia vem realizando atividades através das redes sociais por meio de tecnologias da informação como lives, cards e vídeos.

E, reconhecendo a necessidade de um debate aprofundado acerca do racismo no contexto brasileiro, este resumo tem o objetivo de relatar a experiência de realização de uma live acerca das consequências do racismo estrutural no Brasil.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência da realização de uma ação extensionista a partir da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, uma live interativa, ocorrida no dia 24 de junho de 2020.

A tecnologia da informação e comunicação consiste de um método de comunicação estendida que tornam a educação mais interativa e como consequência facilitam a aprendizagem (MARTINS, 2017).

A atividade contou com a participação de dois Professores de duas instituições de ensino diferentes no RS, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IF Sul). Para fazer a live acontecer participaram quatro estudantes, dois na mediação e dois na transmissão da live.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A live teve a participação como convidados dos professores Marina Soares Mota e André Luís Pereira, na mediação de duas alunas uma integrante do coletivo e ou DAAN, Helena Cardoso e Helena Campelo, respectivamente, já que a live foi uma parceria de divulgação e transmissão com o Diretório Acadêmico da Enfermagem. A transmissão foi feita na página do Facebook e no canal do Youtube do Coletivo através da plataforma Stream Yard, a divulgação prévia através das mesmas redes e do Instagram. Até o dia 29/09/2020 teve 24 compartilhamentos, 164 engajamentos e 2.749 pessoas alcançadas.

Essa ação trouxe um boa visibilidade para o coletivo, aprendizado em volta dos estudos feitos para mediação, materiais disponibilizados para todos os alunos e a inclusão de novos participantes.

Os convidados da live trouxeram suas respectivas visões e abordaram dentro da discussão conceitos e como o nome da live já adiantava, as consequências do racismo estrutural.

A conceituação de racismo estrutural traz que o modo racista de como falamos, agimos e pensamos está profundamente em nosso subconsciente que não percebemos as ações preconceituosas e o quanto nos habituamos ao processo ideológico racista normalizado no cotidiano da população. Esse processo reflete nos dados e estatísticas, segundo o Ministério da Saúde, a distribuição racial da riqueza não contesta o argumento de que dentro dos 10% mais pobres, 76% são negros (BRASIL, 2017).

Para que se reproduza o racismo nós precisamos das instituições, elas fazem com que fique ainda mais evidente as práticas racistas em normas, leis e outros domínios da sociedade. Dentro dessa mesma vertente temos o exemplo sobre o racismo institucional nas leis brasileiras está na constituição de 1934, ela afirma que a educação deve ser baseada através da eugenia, assim desenvolvendo uma segregação (BRASIL, 2012).

A institucionalização do racismo traz que, em relação ao acesso ao ensino superior, no ano de 2015, apenas 12,8% dos estudantes de cursos superiores são pretos ou

pardos (BRASIL, 2017), agravado pelo atraso escolar, precarização do ensino público, condições financeiras, já que alguns jovens abandonam os estudos para trabalhar e complementar a renda familiar.

Um dos objetivos da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra criada em 2009 é incentivar a produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra e desenvolver processos de informação, comunicação e educação que auxiliem na desconstrução de preconceitos e que fortaleçam a identificação positiva da negritude. (BRASIL,2017)

Na saúde, 67% dos usuários do SUS são negros ou pardos, analisando os indicadores de doenças, relacionados ao ambiente, situação socioeconômica evidencia a necessidade de políticas e programas devidamente direcionados a essa população e suas necessidades, já que a ausência de doença não é o

4. CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados no presente trabalho e na discussão produzida na live observa-se que o racismo afeta rotineiramente a população negra em diversos fatores e a sua maior forma de combate é através da informação e da educação antirracista.

Questões sociais mostram como as pessoas negras são tratadas inferiormente e representam a menor taxa em cargos de poder no Brasil. É necessário para se chegar em cargos de poder uma boa estruturação na educação básica assim evitando evasão escolar dessa população.

. Em tempos pandêmicos vemos que a desigualdade não é somente social, mas também racial pois a maioria dessa população se concentra nas periferias do Brasil. É necessário que se crie políticas públicas que mudem esse sistema que aprisiona, mata e fere a população negra diariamente. Temos de deixar de naturalizar o racismo, se desconstruir e começar a pensar como pessoas antirracistas

A realização da live foi importante devido ao momento social que estamos vivendo, diferentes movimentos estão indo às ruas para apaziguar a violência que jovens negros vem sofrendo diariamente. A live foi uma forma de expor como o racismo está constituído na sociedade, quem ele atinge e como afeta esse indivíduo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B O A; ALVES, L R G. Lives, educação e covid-19: Estratégias de interação na Pandemia. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.10, n.1, p. 149-163, 2020. Online. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8926>

BERSANI, H. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v.11, n.2, p. 175-196, 2018. Online. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025/147028>

MORAES, R J N. Democracia Racial, Racismo e Política Pública. Revista Labirinto, Porto Velho, v.32, n.1, p.58-73, 2020. Online. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/5275/3517>

SILVA, M L; SKOLAUME, M S. 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934), biopolítica e democracia racial: implicações na educação contemporânea. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS**, Rio Grande, v.12, n.23, p.331-356, 2020. Online. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/10840/pdf>

SOUZA, I M. O racismo como produtor de iniquidades e determinante social de saúde. **Revista Revise**, Santo Antônio de Jesus, v.3, n. Fluxo Contínuo, p.14-21, 2018. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/revise/article/view/1673/941>

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Brasília, DF: Senado Federal. 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Br>